

À memória de meus Pais

À Maria Teresa, minha mulher

Ao Francisco António, à Isabel e

Aos meus netos, Afonso Maria e João Bernardo

PREFÁCIO

Após três reimpressões da 2ª edição, é tempo de proceder a uma nova 3ª edição que incorpore as mais recentes alterações legislativas, bem como as mais relevantes aquisições doutrinárias e jurisprudenciais com incidência em matéria de direito adjetivo.

Vicissitudes editoriais que decorrem e se justificam pela novidade da dogmática institucional e paradigmática institucionalizada pela Reforma de 2013.

São, porém, mantidas a estrutura e a conceção metodológica originárias da obra, como manual para a regência das disciplinas de direito processo civil declarativo ministradas na Universidade Lusófona de Lisboa.

Reitero os meus agradecimentos ao Juiz-Conselheiro Dr. Urbano Dias pela mui incentivadora e desinteressada colaboração, na dialética reflexiva e argumentativa, na pesquisa de doutrina e jurisprudência atualizadas e nas revisões finais dos textos.

Coimbra, setembro de 2022

ÍNDICE GERAL

TÍTULO I. O PROCESSO COMUM DE DECLARAÇÃO	
 FASES E TRAMITAÇÃO	13
CAPÍTULO I. EXERCÍCIO DE DIREITOS PROCESSUAIS.	
 MEIOS. FORMAS. PRAZOS	15
1. Espécies de ações quanto ao fim	15
2. Formas de processo declarativo	17
2.1. Algumas formas de processo especial	18
2.1.1. Processos especiais e procedimentos declarativos previstos no CPC	18
2.1.2. Processos especiais previstos em legislação avulsa	18
2.2. Ação de despejo. Procedimento especial de despejo.	
Injunção em matéria de arrendamento	19
2.2.1. Ação de despejo	19
2.2.2. Procedimento especial de despejo	20
2.2.3. Injunção em matéria de arrendamento	21
2.3. Ação declarativa especial para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos. Injunção	22
2.3.1. Ação declarativa especial para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos	22
2.3.2. Injunção	23
2.4. Enxerto cível em processo penal	27
2.5. Procedimentos especiais de direito europeu	29
3. Meios alternativos de resolução de litígios	31
3.1. O processo na arbitragem voluntária	31
3.2. O processo nos julgados de paz	33
3.3. O processo na mediação civil e comercial	36

4.	Exercício de direitos processuais	37
4.1.	Prescrição e caducidade	37
4.2.	Prazos para a propositura de ações	41
4.2.1.	Ações previstas em normas de direito substantivo	41
4.2.2.	Ações previstas em normas de direito adjetivo	42
4.3.	Prática de atos processuais. Oportunidade. Meios	43
4.3.1.	Prazos processuais. Noção. Função. Espécies. Prazo supletivo	44
4.3.2.	Contagem. Regra da continuidade	47
4.3.3.	Prorrogação. Dilação	50
4.3.4.	Prática de atos fora do prazo. Exceções à regra da preclusão. Prazo de complacência. Multa e respetiva liquidação	50
4.3.5.	Justo impedimento	51
4.3.6.	Prazo para o pagamento das multas e custas processuais	55
5.	As fases do processo declarativo comum. Enunciação	55
CAPÍTULO II. OS ARTICULADOS		59
6.	Os articulados	60
6.1.	Noção. Função	60
6.2.	Nomenclatura. Classificação	61
SECÇÃO I. A PETIÇÃO INICIAL		62
7.	A petição inicial	62
7.1.	Definição. Objeto. Iniciativa	62
7.2.	Apresentação a juízo. Requisitos. Taxa de justiça. Forma externa	63
7.2.1.	Formas de apresentação a juízo. Suporte digital	63
7.2.2.	Requisitos. Indicações obrigatórias	64
7.2.3.	Taxa de justiça	65
7.2.4.	Forma externa	66
7.3.	A causa de pedir	67
7.3.1.	Noção. Modalidades	67
7.3.2.	Ônus da alegação. Integração da causa de pedir	70
7.4.	O pedido	77
7.4.1.	Noção	77
7.4.2.	Modalidades	78

7.4.2.1.	Pedidos alternativos	78
7.4.2.2.	Pedidos subsidiários	80
7.4.2.3.	Pedidos cumulativos	83
7.4.2.4.	Pedidos genéricos ou ilíquidos	85
7.4.2.5.	Pedidos de prestações vincendas	89
7.5.	Vícios da petição inicial	91
7.5.1.	Vícios formais. Controlo externo	91
7.5.2.	Recusa da petição. Impugnação. Benefício concedido ao autor. Apresentação de nova petição	92
7.5.2.1.	Recusa pela secretaria	92
7.5.2.2.	Recusa informática	92
7.5.3.	Ineptidão	93
7.5.3.1.	Causas	94
7.5.3.2.	Controlo. Oportunidade. Sanação. Indeferimento liminar	96
7.5.3.3.	Benefício concedido ao autor. Apresentação de nova petição	99
7.6.	Registo de ações	100
8.	A citação	102
8.1.	Noção. Função	102
8.2.	Oportunidade e lugar	103
8.3.	Regra da oficiosidade. Exceções. Despacho liminar prévio	103
8.4.	Modalidades da citação	104
8.4.1.	Citação de pessoas singulares	104
8.4.2.	Citação de pessoas coletivas	106
8.5.	Efeitos	107
SECÇÃO II. A CONTESTAÇÃO		115
9.	A contestação	115
9.1.	Noção. Modalidades. Prazo. Forma externa. Controlo formal	115
9.1.1.	Noção. Modalidades	115
9.1.2.	Prazo. Apresentação a juízo	116
9.1.3.	Notificação ao autor	118
9.1.4.	Forma externa. Ordenação de matérias. Requisitos	118
9.1.5.	Taxa de justiça	121
9.1.6.	Controlo formal externo	122
9.2.	Ónus da contestação. Revelia. Consequências processuais	123
9.2.1.	Revelia operante	123

9.2.2.	Tramitação subsequente à revelia operante	125
9.2.3.	Revelia inoperante. Situações legais. Consequências processuais	128
10.	A defesa do réu	136
10.1.	Defesa por impugnação e/ou por exceção	136
10.1.1.	Defesa por impugnação	137
10.1.2.	Defesa por exceção	140
10.1.2.1.	Exceções dilatórias	141
10.1.2.2.	Exceções perentórias	145
10.2.	Princípio da concentração da defesa. Exceções	147
10.2.1.	Princípios da preclusão e da eventualidade	148
10.2.2.	Exceções ao princípio da concentração. Defesa separada e defesa diferida	149
10.3.	Ónus da impugnação. Efeito cominatório/probatório. Exceções	150
10.3.1.	Conteúdo	150
10.3.2.	Efeito cominatório/probatório. Exceções	151
11.	A reconvenção	154
11.1.	Defesa por exceção e reconvenção	154
11.2.	Facultatividade e autonomia da reconvenção	157
11.3.	Requisitos	159
11.3.1.	Requisitos processuais	159
11.3.2.	Requisitos materiais	163
11.3.3.	A reconvenção nas ações de simples declaração negativa, no processo executivo e em outros processos e procedimentos especiais e alternativos	175
11.3.3.1.	Nas ações de simples declaração negativa	175
11.3.3.2.	No processo executivo	177
11.3.3.3.	Na ação especial para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos e injunção	181
11.3.3.4.	No procedimento especial de despejo	184
11.3.3.5.	No processo de insolvência	186
11.3.3.6.	Nos processos especiais de divisão de coisa comum e de prestação de contas	187
11.3.3.7.	Nos processos dos julgados de paz e da arbitragem voluntária	190

SECÇÃO III. ARTICULADOS EVENTUAIS E EXTRAORDINÁRIOS	190
12. A réplica	190
12.1. Função. Conteúdo	190
12.2. Oportunidade. Prazo. Efeitos da falta de apresentação	192
13. Articulados extraordinários	193
13.1. Articulados supervenientes	193
13.2. Articulados judicialmente induzidos	195
13.3. Outros requerimentos de natureza superveniente	197
14. Termos posteriores aos articulados nas ações de valor não superior a metade da alçada da Relação	198
CAPÍTULO III. GESTÃO INICIAL DO PROCESSO E AUDIÊNCIA PRÉVIA	201
15. Gestão Inicial do Processo e Audiência Prévia. Caraterização. Finalidades	201
SECÇÃO I. GESTÃO INICIAL DO PROCESSO	202
15.1. Despacho pré-saneador	202
15.1.1. Oportunidade. Finalidades	202
15.1.2. Suprimento de exceções dilatórias e/ou sanção da falta de pressupostos processuais	203
15.1.3. Aperfeiçoamento dos articulados	205
15.1.4. Suprimento da falta de documento destinado a permitir a apreciação de exceções dilatórias ou o conhecimento (total ou parcial) do mérito da causa no despacho saneador	212
15.1.5. Regime. Natureza. Valor. Efeitos	213
SECÇÃO II. A AUDIÊNCIA PRÉVIA	218
15.2. A audiência prévia	218
15.2.1. Oportunidade. Designação. Ata	218
15.2.2. Finalidades principais	220
15.2.3. Finalidades eventuais	227
15.2.4. Preclusão	228
15.3. Inadmissibilidade. Dispensa. Reclamações	228
SECÇÃO III. DESPACHO SANEADOR	230
16. Despacho saneador	230

16.1. Oportunidade	230
16.2. Finalidades	230
16.3. Valor	235
SECÇÃO IV	236
17. Despacho de identificação do objeto do litígio e de enunciação dos temas da prova	236
17.1. Oportunidade. Razão de ser. Conteúdo	236
17.2. Critérios de enunciação	238
17.3. Valor. Modificabilidade	243
CAPTÍTULO IV. A INSTRUÇÃO. DIREITO PROBATÓRIO	245
SECÇÃO I. DIREITO PROBATÓRIO GERAL. CONCEITOS PROBATÓRIOS	246
18. A instrução do processo	246
18.1. Noção. Função	246
18.2. Conceito de prova. Definições doutrinárias associadas	247
19. Direito probatório	249
19.1. Direito probatório material	249
19.2. Direito probatório formal	249
20. Objeto das provas	250
20.1. O tema probatório	250
20.2. Necessidade de prova	255
SECÇÃO II. O ÓNUS DA PROVA	257
21. O ónus da prova	257
21.1. O ónus da prova <i>versus</i> o ónus da alegação	257
21.2. Ónus da prova subjetivo e objetivo. Regras distributivas	258
21.3. Situações especiais	261
21.4. Inversão do ónus da prova	265
SECÇÃO III. MEIOS E TIPOS DE PROVA	272
22. Meios e tipos de prova	272
22.1. Classificação legal	272
22.2. Classificações doutrinárias	273
22.2.1. Provas legais e provas livres	273
22.2.2. Provas pré-constituídas e provas constituídas	275
22.2.3. Provas pessoais e provas reais	276

22.2.4. Provas diretas ou imediatas e provas indiretas ou mediatas	276
22.2.5. Provas históricas ou representativas e provas críticas ou indiciárias	277
23. Força probatória dos diversos meios de prova	278
24. Convenções sobre provas. Limites legais	280
25. Impugnação da admissibilidade ou da força probatória dos diversos meios de prova. Excepções probatórias	281
26. A ilicitude das provas	283
27. Procedimentos probatórios	285
27.1. Enunciação	285
27.2. Proposição das provas. Requerimentos probatórios	287
27.3. Produção antecipada de prova	295
27.4. Prova por prestação de informações e por apresentação de coisas ou documentos	296
27.5. Prova por apresentação de coisas móveis ou imóveis	300
27.6. O contraditório na produção das provas	300
28. Gravação e registo da prova	302
SECÇÃO IV. PROVA POR PRESUNÇÕES	304
29. Prova por presunções. Força probatória	304
29.1. Conceito	304
29.2. Classificação	304
29.2.1. Presunções legais	305
29.2.2. Presunções judiciais	305
SECÇÃO V. PROVA DOCUMENTAL	307
30. Prova documental	307
30.1. Conceito de documento	307
30.2. Apresentação da prova documental	308
31. Classificação dos documentos	312
31.1. Documentos autênticos. Força probatória	313
31.2. Documentos particulares. Força probatória	319
31.2.1. Caracterização. Espécies	319
31.2.2. Força probatória	321
31.2.2.1. Documentos particulares assinados	321
31.2.2.2. Documentos particulares não assinados que não é costume assinar	325

32. Cópias e reproduções mecânicas. Força probatória	327
33. Documentos eletrônicos. Força probatória	329
33.1. Enquadramento normativo. Noção	329
33.2. Forma e força probatória	329
33.3. Utilização da prova eletrônica em juízo	338
34. Documentos <i>ad probationem</i> e <i>ad substantiam</i>	339
35. Documentos legalizados no estrangeiro e legalização de documentos passados no estrangeiro	341
SECÇÃO VI. PROVA POR CONFISSÃO E POR DECLARAÇÃO DAS PARTES	342
36. Prova por confissão	342
36.1. A confissão. Conceito e natureza jurídica	342
36.2. Conceitos associados	343
36.3. Espécies	344
36.3.1. Confissão judicial. Modalidades. Força probatória	345
36.3.2. Confissão em depoimento de parte. Força probatória	346
36.3.3. Confissão em prestação de informações ou esclarecimentos ao tribunal. Impugnabilidade. Força probatória	349
36.3.4. Confissão extrajudicial. Modalidades. Força probatória	352
37. A confissão com força probatória plena. Requisitos de eficácia	353
37.1. Razões da força probatória	353
37.2. Requisitos formais	358
38. A confissão com força probatória livre	361
39. Princípios comuns às diversas formas de confissão	362
39.1. Irretratabilidade	362
39.2. Indivisibilidade	362
40. Prova por declarações das partes. Força probatória	364
SECÇÃO VII. PROVA PERICIAL	370
41. Prova pericial	370
41.1. Objeto	370
41.2. Perícia singular e perícia colegial. Nomeação de peritos	371
41.3. Procedimentos probatórios	372
41.4. Segunda perícia	375
41.5. Valor probatório	376

SECÇÃO VIII. PROVA POR INSPEÇÃO JUDICIAL	377
42. Prova por inspeção judicial	377
42.1. Objeto. Iniciativa. Valor probatório	377
42.2. Prova por verificações não judiciais qualificadas. Valor probatório	378
SECÇÃO IX. PROVA TESTEMUNHAL	379
43. Prova testemunhal	379
43.1. Noção e natureza	379
43.2. Admissibilidade	380
43.3. Inabilidades para depor	386
43.4. Proposição	388
43.4.1. Rol. Limite legal. Alteração	388
43.4.2. Prerrogativas de inquirição	390
43.4.3. Procedimentos probatórios	391
43.4.3.1. Lugar. Modo	391
43.4.3.2. Regime do depoimento	392
43.4.3.3. Não comparecimento. Consequências	395
43.5. Incidentes da inquirição	395
43.6. Abono de despesas e indemnização	397
43.7. Valor probatório	397
SECÇÃO X. MEIOS DE PROVA DE GÉNESE ENDOPROCESSUAL	398
44. Meios de prova de génese endoprocessual	398
44.1. Enunciação	398
44.2. Valor probatório	398
SECÇÃO XI. VALOR EXTRAPROCESSUAL DAS PROVAS	399
45. Valor extraprocessual das provas	399
45.1. Requisitos	400
45.2. Âmbito	401
45.3. Exclusão	402
CAPÍTULO V. AUDIÊNCIA FINAL	403
46. A audiência final	403
46.1. Designação	403
46.2. Requisição ou designação de técnico	404
46.3. Realização. Causas de adiamento. Princípios a observar	404

46.3.1. Causas de adiamento	404
46.3.2. Publicidade e continuidade da audiência	405
46.4. Juiz singular. Poderes do juiz. Plenitude da assistência do juiz	407
46.5. Atos a praticar. Gravação. Ata	408
46.5.1. Atos instrutórios	409
46.5.2. Alegações orais. Audiência de técnico designado	410
CAPÍTULO VI. A SENTENÇA	413
SECÇÃO I. A SENTENÇA, ESPÉCIES. O SIMPLES DESPACHO	413
47. A fase da sentença	413
47.1. A sentença. O simples despacho	413
47.2. Espécies de sentenças	415
47.3. Prazo	416
47.4. Competência	416
SECÇÃO II. ESTRUTURA E ELABORAÇÃO DA SENTENÇA. OBJETO.	
QUESTÕES A RESOLVER	417
48. Estrutura. Elaboração	417
48.1. Partes em que se decompõe	417
48.2. Poderes de cognição do juiz	417
48.3. Fundamentação de facto	422
48.3.1. Factos atendíveis	422
48.3.2. Análise crítica da prova	426
48.4. Fundamentação de direito. Subsunção ou qualificação jurídica. O silogismo judiciário	430
48.5. Questões a resolver. Ordem do julgamento	432
48.5.1. Questões de forma	433
48.5.2. Questões de fundo	434
48.6. Condenação em custas	436
48.6.1. Custas. Conceito	437
48.6.2. Regra geral	437
48.6.3. Regras especiais	439
48.7. Responsabilidade no caso de má-fé	446
SECÇÃO III. VÍCIOS DA SENTENÇA	448
49. Vícios da sentença. Retificação. Reforma	448
49.1. Espécies	448
49.2. Nulidade	449

49.3. Anulabilidade	450
49.3.1. Causas legais	450
49.3.2. Regime de arguição e decisão	459
49.4. Retificação de erros materiais	461
49.5. Reforma	461
49.5.1. Se couber recurso da decisão	462
49.5.2. Se não couber recurso da decisão	462
SECÇÃO IV. EFEITOS E REGISTO DA SENTENÇA	463
50. Efeitos e registo da sentença	463
50.1. O caso julgado	463
50.2. Esgotamento do poder jurisdicional	465
50.3. Exequibilidade	466
50.4. Hipoteca judicial	467
50.5. Outros efeitos de carácter substantivo	469
50.6. Registo	469
TÍTULO II. IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.	
OS RECURSOS	473
CAPÍTULO I. MEIOS IMPUGNATÓRIOS	475
SECÇÃO I. MEIOS IMPUGNATÓRIOS	475
51. Impugnação das decisões judiciais	475
51.1. O princípio do duplo grau de jurisdição	475
51.2. Meios impugnatórios	477
51.2.1. Razão de ser. Objeto	477
51.2.2. Espécies não recursórias	478
51.2.3. Meios devolutivos e não devolutivos	479
CAPÍTULO II. OS RECURSOS EM GERAL	481
SECÇÃO I. NOÇÃO. CLASSIFICAÇÕES. DISCIPLINA LEGAL	481
52. Os recursos	481
52.1. Noção	481
52.2. Classificações doutrinárias	482
52.3. Classificação legal	490
52.4. O princípio da unicidade da instância	490
53. Disciplina legal dos recursos cíveis	492
53.1. Recursos cíveis previstos no Código de Processo Civil	492
53.2. Recursos cíveis nos processos especiais	493

53.3. Recursos de natureza cível previstos em legislação avulsa e em outros diplomas de direito processual	493
SECÇÃO II. ADMISSIBILIDADE. LEGITIMIDADE	501
54. Admissibilidade e inadmissibilidade de recurso	501
54.1. Requisitos legais. Critérios de recorribilidade	501
54.2. Admissibilidade independentemente do valor da causa	503
54.3. Inadmissibilidade do recurso	505
54.3.1. Regras gerais	505
54.3.2. Despachos de mero expediente	506
54.3.3. Despachos proferidos no uso legal de um poder discricionário	507
54.3.4. Inadmissibilidades específicas	508
54.4. Legitimidade para recorrer	509
54.5. Perda do direito de recorrer. Renúncia ao recurso. Desistência do recurso	509
SECÇÃO III. RECURSO INDEPENDENTE E RECURSO SUBORDINADO. RECURSO POR ADESÃO	510
55. Recurso independente e recurso subordinado. Recurso por adesão	510
55.1. Recurso independente e recurso subordinado	510
55.2. Recurso por adesão. Extensão do recurso aos compartes não recorrentes	514
SECÇÃO IV. INTERPOSIÇÃO. PRAZOS. FORMA. REQUISITOS. DELIMITAÇÃO OBJETIVA E SUBJETIVA. ALEGAÇÃO E CONTRA-ALEGAÇÃO	517
56. Interposição do recurso. Prazos. Forma. Tramitação subsequente	517
56.1. Prazos	517
56.2. Requerimento. Instrução. Modo e forma	520
56.3. Ónus de alegar e formular conclusões. Ónus específico do impugnante da matéria de facto	521
56.4. Pagamento das taxas de justiça. Consequências da omissão	522
56.5. Delimitação subjetiva e objetiva. Ampliação do âmbito a requerimento do recorrido	523
56.6. Contra-alegação	524

SECÇÃO V. DESPACHO SOBRE O REQUERIMENTO DE INTERPOSIÇÃO.	
RECLAMAÇÃO	526
56.7. Despacho sobre o requerimento de interposição	526
56.8. Despacho de aperfeiçoamento	526
SECÇÃO VI. RECLAMAÇÃO CONTRA O INDEFERIMENTO	530
57. Reclamação contra o despacho de não admissão	530
57.1. Convolação do meio impugnatório	531
57.2. Tramitação subsequente à reclamação. Distribuição. Decisão	532
57.3. No âmbito do processo de trabalho	535
57.4. No âmbito do recurso de constitucionalidade	535
CAPÍTULO III. RECURSOS ORDINÁRIOS	537
SECÇÃO I. RECURSO DE APELAÇÃO	537
SUBSECÇÃO I. Caracterização. Âmbito. Modo de subida. Efeito	537
58. A apelação	537
58.1. Caracterização. Âmbito	537
58.2. Apelações autónomas em processo comum de declaração	538
58.2.1. Decisões finais totais ou parcelares	538
58.2.2. Decisões interlocutórias e outras decisões de carácter avulso	546
58.2.3. Restantes decisões de tribunais de 1ª instância não elencadas nos nºs 1 e 2 do artº 644º	557
58.2.4. Decisões interlocutórias que, mesmo não havendo recurso da decisão final, tenham interesse para o apelante independentemente dessa decisão	558
58.2.5. Apelações autónomas em processo de inventário	559
58.3. Instrução do recurso com subida em separado	560
58.4. Efeito	560
58.4.1. Pedido de atribuição do efeito suspensivo. Traslado e prestação de caução	562
58.4.2. Junção de documentos	563
SUBSECÇÃO II. A conferência. Poderes	566
59. A conferência	566
59.1. Poderes/deveres do relator	566
59.2. Poderes/deveres dos adjuntos	569

59.3.	Questões prévias. Não conhecimento do objeto	570
59.3.1.	Erro quanto ao modo de subida	571
59.3.2.	Erro quanto ao efeito do recurso	571
SUBSECÇÃO III. Apelação da decisão de facto. Poderes da Relação		572
60.	Recurso da decisão de facto	572
60.1.	Ónus específico do recorrente e do recorrido	572
60.2.	Duplo grau de jurisdição em matéria de facto	574
60.3.	Poderes da Relação em sede fáctica	577
60.3.1.	Alteração da decisão	579
60.3.2.	Renovação da produção da prova	583
60.3.3.	Produção de novos meios de prova	585
60.3.4.	Anulação da decisão	586
60.3.4.1.	Anulação com base em deficiência, obscuridade ou contradição sobre pontos específicos da matéria de facto	587
60.3.4.2.	Anulação com base na indispensabilidade da ampliação da matéria de facto	588
60.3.5.	Determinação da fundamentação da decisão	590
SUBSECÇÃO IV. Julgamento. Regra da substituição. Tramitação subsequente		592
61.	Julgamento sumário	592
62.	Decisão definitiva. Modalidades. Regra da substituição	593
62.1.	Modalidades	593
62.2.	Regra da substituição ao tribunal recorrido	595
63.	Elaboração do projeto de acórdão. Tramitação subsequente	596
63.1.	Vistos	596
63.2.	Inscrição em tabela	597
63.3.	Discussão. Votações. Vencimento. Maioria. Desempate	598
63.4.	Estrutura do acórdão	601
63.5.	Assinatura do acórdão	601
63.6.	Publicidade do acórdão. Sumariação	602
63.7.	Vícios e reforma do acórdão	602
63.8.	Defesa contra demoras abusivas	602
63.9.	Baixa do processo ao tribunal <i>a quo</i>	603

SECÇÃO II. RECURSO DE REVISTA	603
SUBSECÇÃO I. Revista simples. Fundamentos. Interposição. Modo de subida. Efeito	603
64. Recurso de revista	603
64.1. Revista simples (normal). Caracterização. Regime	603
64.2. Admissibilidade	604
64.3. Inadmissibilidade. Dupla conforme	605
64.4. Recurso de decisões interlocutórias	615
64.5. Fundamentos da revista	615
64.5.1. Elenco	615
64.5.2. Amplitude do conceito de violação da lei substantiva	616
64.5.3. Violação de normas emanadas dos órgãos competentes da União Europeia. O reenvio prejudicial	618
64.6. Interposição	623
64.6.1. Requerimento. Prazo. Alegações. Junção de documentos e pareceres	623
64.6.2. Modo de subida. Efeito	625
SUBSECÇÃO II. Poderes do Supremo Tribunal de Justiça	626
65. Poderes de cognição	626
65.1. Regra geral: matéria de direito. Exceções	626
65.2. Questões de facto e questões de direito. Caracterização	629
65.3. Exemplos doutrinários e jurisprudenciais	632
SUBSECÇÃO III. Revista <i>per saltum</i>	634
66. Recurso de revista <i>per saltum</i>	634
66.1. Requisitos	635
66.2. Apreciação liminar pelo juiz do tribunal de 1ª instância	636
66.3. Apreciação liminar pelo Supremo Tribunal de Justiça. Admissão. Efeitos	637
SUBSECÇÃO IV. Julgamento da revista simples	638
67. Julgamento da revista (simples ou normal)	638
67.1. Aplicação subsidiária do regime da apelação. Exceções	638
67.2. Alegações (escritas) repetitivas ou redundantes	638
67.3. Alegações orais. Audiência de julgamento	639
67.4. Preparação da decisão	640

67.5. Âmbito do julgamento	641
67.6. Impugnabilidade da nova decisão proferida pelo tribunal <i>a quo</i>	645
SUBSECÇÃO V. Revista excecional	645
68. Revista excecional	645
68.1. Requisitos	645
68.2. Ónus do recorrente	647
68.3. Controlo de admissibilidade	649
68.3.1. Pela Relação	649
68.3.2. Pelo Supremo. Poderes da “Formação” restrita instituída pelo nº 3 do artº 672º	649
SUBSECÇÃO VI. Apreciação de nulidades	651
69. Apreciação de nulidades	651
69.1. Anulação do acórdão recorrido	651
69.2. Reforma do acórdão recorrido	652
69.3. Efeitos do julgamento	653
SUBSECÇÃO VII. Julgamento ampliado de revista	653
70. Revista ampliada. Uniformização de jurisprudência	653
70.1. Caraterização. Recurso ordinário	653
70.2. Fundamentos	656
70.3. Julgamento. Especialidades. Publicação. Força vinculativa	657
CAPÍTULO IV. RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS	659
SECÇÃO I. RECURSO PARA UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	659
71. Recurso para uniformização de jurisprudência	659
71.1. Caraterização. Âmbito. Iniciativa	659
71.2. Fundamento. Legitimidade. Prazo. Efeito	661
71.3. Instrução do requerimento	663
71.4. Apreciação liminar	664
71.5. Julgamento. Especialidades	665
SECÇÃO II. RECURSO DE REVISÃO	666
72. Recurso de revisão	666
72.1. Natureza jurídica. Tramitação	666
72.2. Fundamentos	668

72.3.	Legitimidade ativa. Terceiro prejudicado	687
72.4.	Prazo: regras de contagem	688
72.5.	Tribunal competente	690
72.6.	Admissão do recurso. Efeito devolutivo. Prestação de caução	692
72.7.	Fases	693
72.7.1.	Fase rescindente	693
72.7.2.	Fase rescisória. Natureza jurídica. Termos a seguir quando a revisão é julgada procedente	696
CAPÍTULO V. OS RECURSOS NO PROCESSO EXECUTIVO		699
73.	Os recursos no processo executivo	699
73.1.	Recursos ordinários	699
73.2.	Recursos extraordinários	703
TÍTULO III. O CASO JULGADO		705
CAPÍTULO I. NATUREZA JURÍDICA. FORÇA VINCULATIVA		706
74.	O caso julgado. O trânsito em julgado	706
74.1.	Conceitos	706
74.2.	Caso julgado formal e caso julgado material	708
74.3.	Força vinculativa. Uniformização dos julgados. O precedente judicial	710
74.4.	Contradição de julgados	713
CAPÍTULO II. LIMITES SUBJETIVOS		715
75.	Limites subjetivos	715
75.1.	Casos especialmente regulados na lei	718
75.1.1.	Nas ações relativas a obrigações solidárias	718
75.1.2.	Nas ações relativas ao estado das pessoas	720
75.1.3.	Nas ações com substituição processual	723
75.2.	Eficácia indireta ou reflexa	724
75.2.1.	Terceiros juridicamente indiferentes	726
75.2.2.	Terceiros juridicamente interessados	727
CAPÍTULO III. CASO JULGADO MATERIAL. LIMITES OBJETIVOS		733
SECÇÃO I. JULGADO EXPLÍCITO		733
SUBSECÇÃO I. Caso julgado material. Limites		733
76.	Caso julgado material explícito. Limites objetivos	733
76.1.	A tripla identidade	733

76.2. Teoria material e teoria processual	735
76.3. Efeitos. Conceções ampla e restrita	736
76.4. Efeito preclusivo do caso julgado	739
76.5. Caso julgado material e autoridade de caso julgado	744
76.6. Limites temporais. Princípio <i>rebus sic stantibus</i>	746
SUBSECÇÃO II. Extensão do caso julgado material	749
76.7. Questões cobertas e não cobertas	749
76.7.1. Questões impertinentes, <i>obter dicta</i> e questões ultrapassadas	749
76.7.2. Fundamentação de facto	751
76.7.3. Situações específicas	752
76.7.3.1 Juízos de subsunção e de qualificação	752
76.7.3.2. Relações jurídicas bilaterais ou sinalgmáticas	753
76.7.3.3. Questões prejudiciais	755
76.7.3.4. Questões incidentais	758
76.7.3.5. Questões prévias. Questões secundárias. Questões instrumentais	760
SECÇÃO II. JULGADO IMPLÍCITO	761
77. Caso julgado implícito. Noção	761
77.1. Julgado implícito e omissão de pronúncia	762
77.2. Questões cobertas	763
77.2.1. Fundamentos da decisão. Interpretação da sentença	763
77.2.2. Antecedentes lógicos da decisão	767
SECÇÃO III. CASO JULGADO PENAL. FORÇA PROBATÓRIA	770
78. Caso julgado penal: seus efeitos no processo civil	770
78.1. Decisão final condenatória	770
78.2. Decisão final absolutória	773
ÍNDICE GERAL	777